

Carta Mensal Educativa

Publicação do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

ISSN 1414-4778

Ano: 28 - nº 276 – Agosto de 2023

<https://youtu.be/Y7BEje3RbE4>

Alfabetização de qualidade: um dos direitos mais negligenciados em nosso País.

João Roberto Moreira Alves (*)

Embora prevista na Constituição Federal a alfabetização é um dos direitos mais negligenciados pelo Estado em nosso País.

Para contextualizar o presente estudo destacamos, logo de início, dois noticiários da grande imprensa brasileira versando sobre o tema:

“Instrução primária

A Liga Nacionalista de São Paulo tem feito de sua existência inteira um apostolado pela educação do povo brasileiro. Entretanto, todos os seus apelos aos poderes federaes no Brasil tem sido até agora inteiramente perdidos. A nossa posição no continente americano é a mais precária possível (...) a nossa pátria tem a mais humilhante posição entre todos os paizes. O Brasil tem o recorde em analfabetismo, quer dizer, o nosso paiz é o mais atrasado, o mais inculto, o mais ignorante. O Brasil figura com uma porcentagem de 85% de analfabetos em sua população total” (in a Provincia de São Paulo (atual jornal O Estado de São Paulo) 21 de julho de 1823).

“Existência de quase 10 milhões de analfabetos envergonha o Brasil.

Combate ao analfabetismo avança lentamente – e não será cumprida a meta de erradicá-la até 2024.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE ... mostra que a taxa de 2022 ficou em 5,6%.... O Brasil tem ainda 9,6 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais.”

(in O Globo, 9 de junho de 2023)

Feitos esses dois destaques podemos tecer algumas considerações sobre as causas e consequências das ineficazes políticas públicas para a erradicação do analfabetismo no País.

Erradicar o analfabetismo tem sido considerado prioridade nos planos do Poder Executivo Federal, liderado pelo Ministério da Educação.

O mais recente programa, lançado em junho de 2023, foi intitulado “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” que não é um projeto para alfabetizar os desprovidos de estudos mas sim para evitar que aumente o número de alunos que abandonam as escolas sem aprender a ler e escrever.

Serão investidos um bilhão de reais em 2023 e três bilhões nos próximos três anos.

Um estudo recente mostrou que uma criança bem alfabetizada até o 2º ano do ensino fundamental tem 2,6 mais chances de atingir um nível avançado de aprendizagem quando chegarem ao 5º ano.

Mostra que não é preciso alfabetizar. É imprescindível ser bem alfabetizado.

O analfabetismo no Brasil existe desde o período colonial, mas só foi considerado realmente um problema no final do período imperial, já que pela lei os analfabetos não podiam votar.

Saímos do Brasil Colônia, passamos pelo Brasil Império e chegamos ao Brasil República com um acúmulo de analfabetos.

Ao longo da história dezenas de programas foram criados: a Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes (1947-1963); a Campanha Nacional de Educação Rural (1952-1963); a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958-1963); Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo (1962- 1963) e as Comissões de Cultura Popular e Programa Nacional de Alfabetização (1963-1964)

No ano de 1967 aprovou-se a criação do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) tendo sido extinto em 1985.

A fundação Educar tomou o lugar do MOBRAL, e diferentemente do anterior, não executava diretamente os programas de alfabetização e sim apoiava financeiramente as iniciativas que estavam conveniadas a ela. Com o tempo mudou de nome e foi transferido para uma empresa privada que mantêm ainda programas de apoio para os fins de sua concepção.

Atualmente o Governo Federal ainda mantêm programas voltados para a alfabetização, depositando maiores esperanças no que foi criado em junho de 2023 e denominado Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Em termos práticos a premissa cruel é que os analfabetos atuais irão continuar gozando de seus direitos, inclusive votar, e por falta de um programa especial vão acabar morrendo sem saber ler e escrever e que seja estancada a “fábrica de analfabetos” que decorre de um ensino fundamental sem qualidade.

() Presidente do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação*

EXPEDIENTE

Carta Mensal Educacional

Publicação mensal do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

Exemplares arquivados na Biblioteca Nacional de acordo com Lei nº 10.944, de 14 de dezembro de 2004 (Lei do Depósito Legal).

ISSN (International Standard Serial Number) nº 1414-4778 conforme registro no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT (Centro Brasileiro do ISSN), vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

Editora do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação cadastrada no ISBN (International Standard Book Number) sob o nº 85927 conforme registro na Biblioteca Nacional.

Reprodução permitida by Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

Editor Responsável - João Roberto Moreira Alves

Edição e Administração - Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

Av. Rio Branco, 156 - Conjunto 1.926 - CEP 20040-901 - Rio de Janeiro - RJ – Brasil

[http:// www.ipae.com.br](http://www.ipae.com.br) - e-mail: ipae@ipae.com.br

FICHA CATALOGRÁFICA

Carta Mensal Educacional

Nº 1 (fevereiro 1996) - Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Administração da Educação, 1980 - N.1: 29.5 cm – Mensal

Publicação do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação.

ISSN - 0103-0949